

**COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL SICOOB CENTRAL SC/RS**  
**SICOOB CENTRAL SC/RS**  
**CNPJ: 80.160.260/0001-63**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**

		Em milhares de Reais	
	Notas	31/12/2021	31/12/2020
<b>ATIVO</b>		<b>9.583.557</b>	<b>9.193.369</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>		<b>3</b>	<b>3</b>
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>9.199.444</b>	<b>8.870.318</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	6.885.301	6.856.321
Títulos e Valores Mobiliários	6	1.795.508	1.687.552
Relações Interfinanceiras	7	310.960	120.754
Repasses Interfinanceiros	7	310.960	120.754
Operações de Crédito	8	203.931	201.986
Outros Ativos Financeiros	9	3.744	3.705
<b>(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>		<b>(170)</b>	<b>(410)</b>
(-) Operações de Crédito	8	(71)	(168)
(-) Outras	10.b	(99)	(242)
<b>ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS</b>	<b>11</b>	<b>16</b>	<b>122</b>
<b>OUTROS ATIVOS</b>	<b>12</b>	<b>49.742</b>	<b>40.524</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>13</b>	<b>328.300</b>	<b>277.823</b>
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>	<b>14</b>	<b>8.762</b>	<b>7.951</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>15</b>	<b>14.224</b>	<b>12.863</b>
<b>(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES</b>		<b>(16.764)</b>	<b>(15.825)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>9.583.557</b>	<b>9.193.369</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>9.583.557</b>	<b>9.193.369</b>
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>16</b>	<b>1.524.671</b>	<b>1.699.363</b>
Depósitos à Vista		133.129	50.553
Depósitos Sob Aviso		788	755
Depósitos à Prazo		1.390.754	1.648.055
<b>DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>7.353.206</b>	<b>6.890.541</b>
Relações Interfinanceiras	17	7.343.333	6.882.608
Centralização Financeira - Cooperativas	17	7.343.333	6.882.608
Obrigações por Empréstimos e Repasses	18	9.771	7.900
Outros Passivos Financeiros	19	102	33
<b>PROVISÕES</b>	<b>21</b>	<b>4.152</b>	<b>4.239</b>
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS</b>	<b>22</b>	<b>1.151</b>	<b>954</b>
<b>OUTROS PASSIVOS</b>	<b>23</b>	<b>111.810</b>	<b>56.261</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>24</b>	<b>588.567</b>	<b>542.011</b>
CAPITAL SOCIAL	24.1	421.516	421.516
RESERVAS DE CAPITAL		-	84.813
RESERVAS DE SOBRAS		158.217	16.066
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	24.6	(3.478)	-
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	24.5	12.312	19.616
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>9.583.557</b>	<b>9.193.369</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Rui Schneider da Silva**  
Presidente

**Maria Luisa Lasarim**  
Diretora Operacional

**Camila Erika Nicolau**  
Contadora  
CRC - MG-071309/O-3 T-SC

**COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL SICOOB CENTRAL SC/RS**  
**SICOOB CENTRAL SC/RS**  
**CNPJ: 80.160.260/0001-63**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS**

	Notas	2º Sem. 2021	Em milhares de Reais	
			31/12/2021	31/12/2020
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>286.442</b>	<b>399.636</b>	<b>214.693</b>
Operações de Crédito	25	13.016	19.464	6.950
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		224.540	312.662	175.325
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		48.882	67.487	32.322
Resultado das Aplicações Compulsórias		4	23	96
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>26</b>	<b>(284.244)</b>	<b>(395.569)</b>	<b>(216.953)</b>
Operações de Captação no Mercado	16.d	(48.716)	(70.306)	(43.475)
Operações de Empréstimos e Repasses	18.a	(76)	(198)	(448)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		(235.565)	(325.303)	(172.944)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		113	238	(86)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>2.198</b>	<b>4.067</b>	<b>(2.260)</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>12.536</b>	<b>36.438</b>	<b>44.237</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	27	16	31	71
Dispêndios e Despesas de Pessoal	28	(16.996)	(30.926)	(25.300)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	29	(15.206)	(27.476)	(22.043)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(148)	(283)	(246)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		9.771	30.886	25.561
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	30	35.319	64.791	67.209
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	31	(220)	(585)	(1.015)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>14.734</b>	<b>40.505</b>	<b>41.977</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS</b>	<b>32</b>	<b>31</b>	<b>141</b>	<b>192</b>
Outras Rendas Não Operacionais		229	384	472
(-) Perdas de Capital		(94)	(94)	(193)
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais		-	-	(12)
(-) Outras Despesas Não Operacionais		(104)	(149)	(75)
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>14.765</b>	<b>40.646</b>	<b>42.169</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(16)</b>	<b>(51)</b>	<b>-</b>
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(6)	(23)	-
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(10)	(28)	-
<b>PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS</b>		<b>(704)</b>	<b>(1.409)</b>	<b>(1.187)</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>		<b>14.045</b>	<b>39.186</b>	<b>40.982</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Rui Schneider da Silva**  
Presidente

**Maria Luisa Lasarim**  
Diretora Operacional

**Camila Erika Nicolau**  
Contadora  
CRC - MG-071309/O-3 T-SC

**COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL SICOOB CENTRAL SC/RS**  
**SICOOB CENTRAL SC/RS**  
**CNPJ: 80.160.260/0001-63**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁ RIAS	RESERVAS DE LUCROS A REALIZAR	OUTROS RESULTA DOS ABRAN GENTES	Em milhares de Reais SOBRAS OU PERDAS ACUMULA DAS	TOTAIS
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>282.366</b>	<b>66.247</b>	<b>11.819</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>12.570</b>	<b>373.012</b>
<b>Destinações das Sobras do Exercício Anterior:</b>								
Constituição de Reservas	-	12.570	-	-	-	-	(12.570)	-
<b>Outros Eventos/Reservas</b>	<b>-</b>	<b>(10.498)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(10.498)</b>
<b>Movimentação de Capital:</b>								
Por Subscrição/Realização	139.156	-	-	-	-	-	-	139.156
Por Devolução (-)	(5)	-	-	-	-	-	-	(5)
<b>Sobras ou Perdas do Período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>40.982</b>	<b>40.982</b>
<b>Destinações das Sobras do Período:</b>								
Fundo de Reserva	-	-	4.236	-	-	-	(4.236)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	16.493	-	-	-	-	(14.813)	1.680
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	-	-	-	(2.118)	(2.118)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	-	(197)	(197)
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>421.517</b>	<b>169.624</b>	<b>16.055</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>39.234</b>	<b>646.440</b>
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>421.516</b>	<b>84.813</b>	<b>16.056</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>19.616</b>	<b>542.011</b>
<b>Destinações das Sobras do Exercício Anterior:</b>								
Constituição de Reservas	-	-	-	19.616	-	-	(19.603)	13
<b>Outros Eventos/Reservas</b>	<b>-</b>	<b>(84.813)</b>	<b>-</b>	<b>95.961</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.148</b>
<b>Sobras ou Perdas do Período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>39.186</b>	<b>39.186</b>
<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.478)</b>	<b>-</b>	<b>(3.478)</b>
<b>Destinações das Sobras do Período:</b>								
Fundo de Reserva	-	-	4.121	-	-	-	(4.121)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	-	22.722	-	-	(20.592)	2.130
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	-	-	-	(2.060)	(2.060)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	-	(102)	(102)
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>421.516</b>	<b>-</b>	<b>20.177</b>	<b>138.299</b>	<b>10</b>	<b>(3.478)</b>	<b>12.324</b>	<b>588.848</b>
<b>Saldos em 30/06/2021</b>	<b>421.516</b>	<b>-</b>	<b>16.056</b>	<b>113.574</b>	<b>10</b>	<b>(6.919)</b>	<b>25.143</b>	<b>569.380</b>
<b>Outros Eventos/Reservas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.734</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.734</b>
<b>Sobras ou Perdas do Período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.045</b>	<b>14.045</b>
<b>Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.441</b>	<b>-</b>	<b>3.441</b>
<b>Destinações das Sobras do Período:</b>								
Fundo de Reserva	-	-	4.121	-	-	-	(4.121)	-
Outras Destinações das Sobras do Período	-	-	-	22.722	-	-	(20.592)	2.130
FATES - Atos Cooperativos	-	-	-	-	-	-	(2.060)	(2.060)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	-	(102)	(102)
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>421.516</b>	<b>-</b>	<b>20.177</b>	<b>138.030</b>	<b>10</b>	<b>(3.478)</b>	<b>12.313</b>	<b>588.568</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Rui Schneider da Silva**  
Presidente

**Maria Luisa Lasarim**  
Diretora Operacional

**Camila Erika Nicolau**  
Contadora  
CRC - MG-071309/O-3 T-SC

**COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL SICOOB CENTRAL SC/RS**  
**SICOOB CENTRAL SC/RS**  
**CNPJ: 80.160.260/0001-63**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

Em milhares de Reais

	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>14.765</b>	<b>40.646</b>	<b>42.169</b>
Distribuição de Sobras e Dividendos	-	-	(13.892)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(9.771)	(30.886)	(25.561)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(113)	(238)	86
Provisões/Reversões Não Operacionais	-	-	12
Atualização de Depósitos em Garantia	(40)	(56)	(35)
Depreciações e Amortizações	718	1.327	1.239
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO</b>	<b>5.559</b>	<b>10.793</b>	<b>4.018</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(519.005)	(866.594)	(890.563)
Títulos e Valores Mobiliários	(72.912)	(75.746)	(183.093.516)
Relações Interfinanceiras	(16.470)	(190.208)	(27.361)
Operações de Crédito	1.726	(1.947)	(72.486)
Outros Ativos Financeiros	20	18	109
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	125	106	(119)
Outros Ativos	(7.881)	(9.218)	(11.792)
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>			
Depósitos à Vista	57.360	82.575	50.109
Depósitos sob Aviso	23	33	18
Depósitos à Prazo	(340.141)	(257.301)	44.581
Relações Interfinanceiras	599.490	460.725	2.005.876
Obrigações por Empréstimos e Repasses	5.192	1.872	(14.302)
Outros Passivos Financeiros	70	69	(280)
Provisões	(104)	(88)	505
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	354	197	72
Outros Passivos	43.079	54.140	1.631
FATES - Atos Cooperativos	(2.060)	(2.060)	(2.118)
FATES - Atos Não Cooperativos	(102)	(102)	(197)
Outras Destinações	2.130	2.130	1.680
Imposto de Renda	(6)	(23)	-
Contribuição Social	(10)	(28)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(243.563)</b>	<b>(790.657)</b>	<b>(182.004.135)</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>			
Distribuição de Dividendos	-	-	13.892
Aquisição de Intangível	(1.360)	(1.360)	(360)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(766)	(1.199)	(1.398)
Aquisição de Investimentos	(23.016)	(23.069)	(13.407)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS</b>	<b>(25.142)</b>	<b>(25.628)</b>	<b>(1.273)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>			
Aumento por novos aportes de Capital	-	-	139.156
Devolução de Capital à Cooperados	-	-	(5)
Outros Eventos/Reservas	1.734	10.879	(10.498)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS</b>	<b>1.734</b>	<b>10.879</b>	<b>128.653</b>
<b>AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(266.971)</b>	<b>(805.406)</b>	<b>(181.876.755)</b>
<b>Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	4.556	6.421	5.368
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	3	5.622	6.421
<b>Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(4.553)</b>	<b>(799)</b>	<b>1.053</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Rui Schneider da Silva**  
Presidente

**Maria Luisa Lasarim**  
Diretora Operacional

**Camila Erika Nicolau**  
Contadora

CRC - MG-071309/O-3 T-SC



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL SICOOB CENTRAL SC/RS  
SICOOB CENTRAL SC/RS  
CNPJ: 80.160.260/0001-63  
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2º Sem. 2021	Em milhares de Reais	
		31/12/2021	31/12/2020
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL</b>	<b>14.045</b>	<b>39.186</b>	<b>40.982</b>
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>	<b>3.441</b>	<b>(3.478)</b>	<b>-</b>
<b>Itens que podem ser reclassificados para o Resultado</b>			
Ajuste de avaliação patrimonial - investimentos em coligadas e controladas	3.441	(3.478)	-
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b>17.486</b>	<b>35.708</b>	<b>40.982</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Rui Schneider da Silva**  
Presidente

**Maria Luisa Lasarim**  
Diretora Operacional

**Camila Erika Nicolau**  
Contadora  
CRC - MG-071309/O-3 T-SC



## COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL SICOOB CENTRAL SC/RS

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares de Reais

#### 1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS é uma sociedade cooperativa, fundada em 08/11/1985, componente da CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB – CENTRO CORPORATIVO SICOOB, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

Está integrada à CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB LTDA. – CENTRO CORPORATIVO SICOOB e é uma das acionistas do BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. – BANCO SICOOB, tendo controle compartilhado sobre ele.

O SICOOB CENTRAL SC/RS possui 38 cooperativas singulares filiadas nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e as representa perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL SC/RS é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL SC/RS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A partir de maio/2021, conforme a metodologia IRRBB – *Interest Rate Risk of Bankig Book* para mensurar o risco de mercado, o SICOOB CENTRAL SC/RS subiu uma classificação na segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, passando de S4 para S3. No item 35.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros desta Nota Explicativa, constam maiores informações sobre a alteração.

#### 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 24/01/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

## 2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

### a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

### b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

## **2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”**

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL SICOOB CENTRAL SC/RS junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

A COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL SICOOB CENTRAL SC/RS, visando administrar e conter os efeitos da crise, tomou diversas providências, das quais destacam-se:

- Manutenção do comitê de crise, com o objetivo de avaliar o cenário da pandemia e definir as ações a serem tomadas pelo **SICOOB CENTRAL SC/RS** para continuidade de seus negócios;
- Investimentos em tecnologia para permitir o trabalho remoto com segurança e qualidade;
- Manutenção do trabalho remoto para os funcionários do grupo de risco e, quando necessário, para todo o quadro funcional;
- Adoção das medidas sanitárias definidas pelas autoridades competentes;
- Comunicação frequente com o quadro funcional e com as cooperativas filiadas sobre o cenário de pandemia;
- Manutenção de reuniões, assembleias e treinamentos de forma virtual;
- Revisão do Plano de Continuidade Operacional (PCO) para epidemias e/ou pandemias.

## **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis**

### **a) Apuração do Resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.



## **b) Estimativas Contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

## **c) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

## **d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

## **e) Títulos e Valores Mobiliários**

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

## **f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira**

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

## **g) Operações de Crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

## **h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

## **i) Depósitos em Garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

## **j) Investimentos**

Representados substancialmente por ações do BANCO SICOOB, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. O Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e dos Acionistas do banco, firmado em 11/02/2020, estabeleceu direito a voto nas reuniões, passando, assim, a configurar influência significativa das centrais na administração do BANCO SICOOB.

## **k) Imobilizado de Uso**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

## **l) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

## **m) Ativos Contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

## **n) Obrigações por Empréstimos e Repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

## **o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos**

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

## **p) Outros Ativos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço.

## **q) Outros Passivos**

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

## **r) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### **s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

### **t) Obrigações Legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

### **u) Imposto de Renda e Contribuição Social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo normativo.

### **v) Segregação em Circulante e Não Circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

### **w) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment***

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

### **x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes**

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

### **y) Eventos Subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021**.

#### 4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	3	3
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	5.134.142	5.965.758
Títulos e Valores Mobiliários (a)	484.927	452.717
<b>TOTAL</b>	<b>5.619.072</b>	<b>6.418.477</b>

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata e cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

#### 5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Não Ligadas	5.662.731	1.219.379	6.429.388	407.800
Não Ligadas Com Garantia	3.190	-	16.079	3.053
<b>TOTAL</b>	<b>5.665.921</b>	<b>1.219.379</b>	<b>6.445.468</b>	<b>410.853</b>

Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI com remuneração entre 96% e 109% do CDI.

Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
Não Ligadas	5.130.952	531.779	1.219.379	6.882.110
Não Ligadas Com Garantia	3.190	-	-	3.190
<b>TOTAL</b>	<b>5.134.142</b>	<b>531.779</b>	<b>1.219.379</b>	<b>6.885.301</b>

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, foram respectivamente:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	224.540	312.662	175.325

#### 6. Títulos e Valores Mobiliários

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	349.599	947.909	32.838	998.301
Cotas de Fundos de Investimento	484.927	-	452.717	-
Títulos dados em Garantia - Outros	-	13.073	-	203.697
<b>TOTAL</b>	<b>834.526</b>	<b>960.982</b>	<b>485.555</b>	<b>1.201.998</b>

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e Cotas de Fundo de Renda Fixa, com remuneração entre 100% e 128% do CDI.

Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
Títulos de Renda Fixa	-	349.599	947.909	1.297.508
Cotas de Fundos de Investimento	484.927	-	-	484.927
Títulos dados em Garantia - Outros	-	-	13.073	13.073
<b>TOTAL</b>	<b>484.927</b>	<b>349.599</b>	<b>960.982</b>	<b>1.795.508</b>

Abaixo o resultado auferido com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2021 e 2020**:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Títulos de Renda Fixa	39.471	55.136	27.196
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento	9.410	12.351	5.126
<b>TOTAL</b>	<b>48.882</b>	<b>67.487</b>	<b>32.322</b>

## 7. Repasses Interfinanceiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os repasses interfinanceiros estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Devedores Por Repasses de Recursos do Crédito Rural	113.777	197.184	41.325	78.204
Devedores por Repasses de Outros Recursos	-	-	1.225	-
<b>TOTAL</b>	<b>113.777</b>	<b>197.184</b>	<b>42.550</b>	<b>78.204</b>

## 8. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	181.537	22.394	203.931	179.613	21.483	201.096
Financiamentos	-	-	-	890	-	890
<b>Total de Operações de Crédito</b>	<b>181.537</b>	<b>22.394</b>	<b>203.931</b>	<b>180.503</b>	<b>21.483</b>	<b>201.986</b>
(-) Provisões para Operações de Crédito	(34)	(37)	(71)	(77)	(91)	(168)
<b>TOTAL</b>	<b>181.503</b>	<b>22.357</b>	<b>203.860</b>	<b>180.427</b>	<b>21.392</b>	<b>201.819</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	-	Normal	189.994	189.994	-	179.569	-
A	0,5%	Normal	13.637	13.637	(68)	11.313	(57)
B	1%	Normal	300	300	(3)	11.104	(111)
<b>Total Normal</b>			<b>203.931</b>	<b>203.931</b>	<b>(71)</b>	<b>201.986</b>	<b>(168)</b>
<b>Total Geral</b>			<b>203.931</b>	<b>203.931</b>	<b>(71)</b>	<b>201.986</b>	<b>(168)</b>
<b>Provisões</b>			<b>(71)</b>	<b>(71)</b>		<b>(168)</b>	
<b>Total Líquido</b>			<b>203.860</b>	<b>203.860</b>		<b>201.819</b>	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	263	181.274	22.394	203.931
<b>TOTAL</b>	<b>263</b>	<b>181.274</b>	<b>22.394</b>	<b>203.931</b>

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	168	155
Constituições/Reversões no período	(96)	13
Transferência para prejuízo no período	-	-
<b>Saldo Final</b>	<b>71</b>	<b>168</b>

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	71.794	35,20%	55.377	17,00%
10 Maiores Devedores	147.439	72,30%	231.621	72,00%

f) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	1.567	1.567
Valor das operações transferidas no período	-	-
Valor das operações recuperadas no período	-	-
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	-	-
Saldo Final	1.567	1.567

## 9. Outros Ativos Financeiros

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Central por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Não Circulante	Não Circulante
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	3.744	3.705
<b>TOTAL</b>	<b>3.744</b>	<b>3.705</b>

(a) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para Pis - Depósito Judicial (R\$1.708); COFINS - Depósito Judicial (R\$2.006) e Outros (R\$30).

## 10. Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito e Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Perdas em Repasses Interfinanceiros	(36)	(63)	(74)	(167)
Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(11)	-	(12)	-
<b>TOTAL</b>	<b>(47)</b>	<b>(63)</b>	<b>(87)</b>	<b>(167)</b>

(b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Repasses Interfinanceiros	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA - Normal	291.230		72.418	
A 0,5% Normal	19.730	(99)	48.335	(242)
<b>Total Normal</b>	<b>310.960</b>	<b>(99)</b>	<b>120.754</b>	<b>(242)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>310.960</b>	<b>(99)</b>	<b>120.754</b>	<b>(242)</b>
<b>Provisões</b>	<b>(99)</b>		<b>(242)</b>	
<b>Total Líquido</b>	<b>310.861</b>		<b>120.512</b>	

## 11. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Impostos e Contribuições a Compensar	16	74
Imposto de Renda a Recuperar	-	49
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>122</b>

## 12. Outros Ativos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Adiantamentos e Antecipações Salariais	107	149
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta (a)	44.189	36.718
Pagamentos a Ressarcir (b)	2.300	299
Devedores Diversos – País (c)	2.292	2.509
Material em Estoque	189	136
Despesas Antecipadas (d)	676	725
Sem Característica de Concessão de Crédito	(11)	(12)
<b>TOTAL</b>	<b>49.742</b>	<b>40.524</b>

(a) Refere-se, substancialmente, a participação na controlada Sicoob SC/RS Corretora e Administradora de Seguros S/A, referente ao período de julho a dezembro/2021, que totaliza R\$ 44.131 (quarenta e quatro milhões, cento e trinta e um mil reais) que é distribuído para as singulares filiadas após encerramento do semestre.

(b) Em pagamentos a ressarcir registram-se os valores de pagamentos efetuados pela Central que serão posteriormente rateados entre as singulares filiadas.

(c) Refere-se, substancialmente, a participação no Fundo de Gestão de Bens Não de Uso Próprio do SICOOB Confederação.

(d) Registram-se no grupo as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros e processamentos de dados.

## 13. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Partic. em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito (a)	286.064	235.637
Part. em Cooperativas, Exceto Coop. Central Crédito	41.527	41.527
Participação Em Emp. Cont. Por Coop. Central Crédito	709	659
<b>TOTAL</b>	<b>328.300</b>	<b>277.823</b>

(a) O saldo é representado, substancialmente, por ações do BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB. As ações são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e houve integralização de ações, o que resultou na variação do valor no exercício de 2021.

#### 14. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Instalações	10%	652	646
Móveis e equipamentos de Uso	10%	2.393	2.334
Sistema de Processamento de Dados	20%	4.578	3.823
Sistema de Segurança	10%	470	480
Sistema de Transporte	20%	96	96
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		573	573
<b>Total de Imobilizado de Uso</b>		<b>8.762</b>	<b>7.951</b>
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(216)	(151)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(3.432)	(2.856)
(-) Depreciação Acum. Veículos		(46)	(27)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(386)	(293)
<b>Total de Depreciação de Imobilizado de Uso</b>		<b>(4.080)</b>	<b>(3.327)</b>
<b>TOTAL</b>		<b>4.682</b>	<b>4.625</b>

#### 15. Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas de Processamento de Dados (a)	2.245	884
Licenças e Direitos Autorais e de Uso	11.978	11.978
<b>Total de Intangível</b>	<b>14.224</b>	<b>12.863</b>
(-) Amort. Acum. de Ativos Intangíveis	(12.684)	(12.498)
<b>Total de Amortização de ativos Intangíveis</b>	<b>(12.684)</b>	<b>(12.498)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.540</b>	<b>365</b>

(a) Aquisição software para equipamentos de armazenamento de backup.

#### 16. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020	
	Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista (a)	133.129	50.553	-
Depósito Sob Aviso	788	755	-
Depósito a Prazo (b)	1.390.754	1.647.347	708
<b>TOTAL</b>	<b>1.524.671</b>	<b>1.698.656</b>	<b>708</b>

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata as singulares associadas, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250 (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.284/13. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em "Dispêndios de captação no mercado".



(c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	1.414.341	15,95%	967.079	11,00%
10 Maiores Depositantes	5.243.299	59,13%	4.918.218	57,00%

(d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(23)	(33)	(20)
Despesas de Depósitos a Prazo	(48.693)	(70.273)	(43.455)
<b>TOTAL</b>	<b>(48.716)</b>	<b>(70.306)</b>	<b>(43.475)</b>

## 17. Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira - Cooperativas

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de **2021** equivale a 104,68% do CDI (**2020** -104,66%).

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Centralização Financeira - Cooperativas	7.343.333	6.882.608
<b>TOTAL</b>	<b>7.343.333</b>	<b>6.882.608</b>

## 18. Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro.

Instituições	31/12/2021	31/12/2020	
	Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Repasses - Microcrédito BNDES	-	1.301	-
Obrigações por Repasses - Microcrédito BADESC	1.019	1.018	-
Obrigações por Repasses - Microcrédito BRDE	8.450	-	-
Obrigações por Repasses - Bradesco	-	4.029	-
Obrigações por Repasses - Itaú	302	1.256	296
<b>TOTAL</b>	<b>9.771</b>	<b>7.604</b>	<b>296</b>

a) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Outras Instituições	(76)	(198)	(448)
<b>TOTAL</b>	<b>(76)</b>	<b>(198)</b>	<b>(448)</b>

## 19. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Central são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem, em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	102	33
<b>TOTAL</b>	<b>102</b>	<b>33</b>

## 20. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB CENTRAL SC/RS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## 21. Provisões

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Provisão Para Contingências (a)	4.152	4.239
<b>TOTAL</b>	<b>4.152</b>	<b>4.239</b>

(a) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS	1.601	1.708	1.576	1.683
COFINS	2.006	2.006	1.974	1.974
Trabalhistas	545	30	689	48
<b>Total</b>	<b>4.152</b>	<b>3.744</b>	<b>4.239</b>	<b>3.705</b>

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CENTRAL SC/RS**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 3.134 (três milhões e cento e trinta e quatro mil reais). Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de saída.

## 22. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	28	70
Impostos e Contribuições sobre Salários	1.123	885
<b>TOTAL</b>	<b>1.151</b>	<b>954</b>

## 23. Outros Passivos

Em **31 de dezembro de 2021 e 2020**, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Sociais e Estatutárias (a)	8.590	8.425
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	2	2
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	4.594	3.478
Credores Diversos – Pais (c)	98.624	44.356
<b>TOTAL</b>	<b>111.810</b>	<b>56.261</b>

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
	Circulante	Circulante
Gratificações e Participações a Pagar (a.1)	1.409	1.285
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	7.182	7.140
<b>TOTAL</b>	<b>8.590</b>	<b>8.425</b>

(a.1) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de Programa de Participação nos Resultados, com regulamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, no qual estabelece os critérios para elegibilidade e pagamento, condicionados à realização mínima de resultado estabelecido no regulamento.

(a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal R\$3.680(três milhões, seiscentos e oitenta mil reais), Propaganda e Publicidade R\$259(duzentos e cinquenta e nove mil reais), Promoções e Relações Públicas R\$449(quatrocentos e quarenta e nove mil reais) e Outros R\$102(cento e dois mil reais).

(c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se, substancialmente, ao valor para repasse líquido da remuneração da centralização financeira e rateio das despesas administrativas no período de dezembro de 2021 de R\$ 52.145 (cinquenta e dois milhões, cento e quarenta e cinco mil reais), e a participação na controlada SICOOB SC/RS Corretora e Administradora de Seguros S/A, referente ao período de julho a dezembro de 2021, que totaliza R\$ 44.131 (quarenta e quatro milhões, cento e trinta e um mil reais) e é distribuído para as singulares filiadas após encerramento do semestre.

## 24. Patrimônio Líquido

### 24.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 3,00 (três reais) cada e integralizado por suas Cooperativas. De acordo com o Estatuto Social cada cooperativa tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	421.516	421.516
Associados	38	38

### 24.2 Fundo de Estabilidade Financeira – FEF

Representada pelas destinações estatutárias obrigatórias no percentual mínimo de 35% (trinta e cinco por cento), podendo destinar-se até 100% (cem por cento) das sobras líquidas do exercício, se assim definido pela Assembleia Geral.

Além dos recursos previstos estatutariamente, o FEF poderá ser acrescido com contribuições espontâneas, operacionais, devolução dos valores fornecidos as cooperativas filiadas ao SICOOB CENTRAL SC/RS, e outras fontes, mediante autorizações das cooperativas participantes do SICOOB CENTRAL SC/RS, em conformidade com as disposições em regulamento próprio do fundo, aprovado pelo Conselho de Administração.

As movimentações demonstradas na DMPL estão assim compostas:

Fundo de Estabilidade Financeira	2021	2020
<b>1-Saldo Inicial</b>	<b>84.813</b>	<b>66.247</b>
<b>2-Destações de Sobras Exercício Anterior</b>	<b>19.616</b>	<b>12.570</b>
<b>3-Outros Eventos/Reservas</b>	<b>10.888</b>	<b>19.602</b>
FEF - SICOOB Central SC/RS - Atualização Monetária	3.305	4.910
FEF - SICOOB Central SC/RS - Amortização	7.583	14.692
<b>4-Reversões de Reservas</b>	<b>(9)</b>	<b>(30.100)</b>
Reversão de Reservas - valores fornecidos as filiadas	-	(30.000)
Reversão de Reservas	(9)	(100)
<b>5-Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios</b>	<b>22.722</b>	<b>16.493</b>
Fundo de Estabilidade Financeira – FEF – 35%	14.422	14.827
Fundo de Estabilidade Financeira – FEF	8.300	1.666
<b>Total</b>	<b>138.030</b>	<b>84.813</b>

### 24.3 Reserva de Sobras – Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10% (dez por cento) quando do encerramento do exercício social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

### 24.4 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 03/03/2021, as Cooperativas deliberaram a distribuição das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020**, no valor de R\$ 19.616 (dezenove milhões, seiscentos e dezesseis mil reais) que foram integralmente destinados ao Fundo de Estabilidade Financeira – FEF.

### 24.5 Destinações Estatutárias e Legais

As sobras líquidas do exercício terão a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
<b>01. Resultado depois Trib. s/ Lucro</b>	<b>39.186</b>	<b>40.982</b>
<b>02. (+/-) Absorção de Despesas</b>	<b>2.121</b>	<b>1.579</b>
(+) Realização do FATES	2.121	1.579
<b>03. Sobras Líquidas do período (1+2)</b>	<b>41.307</b>	<b>42.561</b>
(-) FATES Resultado com não associados	(102)	(197)
(-) FATES - 5%	(2.060)	(2.118)
(-) Reserva Legal – 10%	(4.121)	(4.236)
(-) Fundo de Estabilidade Financeira – FEF – 35%	(14.422)	(14.827)
(-) Fundo de Estabilidade Financeira – FEF	(8.300)	(1.666)
(+) Reversão do Fundo de Estabilidade Financeira – FEF	9	100
<b>04. Sobras a Disposição da AGO</b>	<b>12.312</b>	<b>19.616</b>

### 24.6 Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No exercício de 2021, a **SICOOB CENTRAL SC/RS** realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no BANCO SICOOB pelo método de equivalência patrimonial, e registrou como outros resultados abrangentes as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

## 25. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Empréstimos	3.961	5.200	2.557
Rendas de Financiamentos	3	17	63
Rendas De Repasses Interfinanceiros	9.052	14.247	4.330
<b>TOTAL</b>	<b>13.016</b>	<b>19.464</b>	<b>6.950</b>

## 26. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Captação	(48.716)	(70.306)	(43.475)
Despesas de Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(76)	(198)	(448)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(235.565)	(325.303)	(172.944)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	92	174	82
Reversões de Provisões para Repasses Interfinanceiros	49	255	197
Reversões de Provisões para Outros Créditos	-	1	4
Provisões para Operações de Crédito	(26)	(79)	(50)
Provisões para Repasses Interfinanceiros	(3)	(113)	(319)
<b>TOTAL</b>	<b>(284.245)</b>	<b>(395.569)</b>	<b>(216.953)</b>

## 27. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	-	1	46
Rendas de Outros Serviços	16	30	26
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>31</b>	<b>71</b>

## 28. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(34)	(69)	(68)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(599)	(1.136)	(1.028)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(3.055)	(5.604)	(4.383)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(3.330)	(6.102)	(5.041)
Despesas de Pessoal - Proventos	(9.672)	(17.571)	(14.484)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(292)	(421)	(285)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(15)	(24)	(12)
<b>TOTAL</b>	<b>(16.996)</b>	<b>(30.926)</b>	<b>(25.300)</b>

## 29. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(109)	(196)	(163)
Despesas de Aluguéis	(538)	(1.017)	(949)
Despesas de Comunicações	(345)	(657)	(481)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(305)	(423)	(282)
Despesas de Material	(54)	(92)	(170)
Despesas de Processamento de Dados	(1.069)	(2.137)	(1.940)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(290)	(343)	(289)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(8.417)	(15.162)	(10.816)
Despesas de Publicações	-	(44)	(68)
Despesas de Seguros	(36)	(70)	(113)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(628)	(1.217)	(1.102)
Despesas de Serviços de Terceiros	(782)	(1.543)	(1.784)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(34)	(68)	(10)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(374)	(533)	(385)
Despesas de Transporte	(66)	(119)	(172)
Despesas de Viagem no País	(235)	(308)	(263)
Despesas de Amortização	(138)	(185)	(99)
Despesas de Depreciação	(580)	(1.142)	(1.140)
Outras Despesas Administrativas	(1.204)	(2.221)	(1.817)
<b>TOTAL</b>	<b>(15.206)</b>	<b>(27.476)</b>	<b>(22.043)</b>

### 30. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	2.071	3.976	3.267
Dividendos	-	-	13.892
Atualização depósitos judiciais	40	56	35
Outras rendas operacionais (a)	33.208	60.759	50.014
<b>TOTAL</b>	<b>35.319</b>	<b>64.791</b>	<b>67.209</b>

(a) Refere-se, substancialmente ao rateio de despesas da Central entre as filiadas.

### 31. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Outras Despesas Operacionais	(209)	(574)	(1.011)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(5)	(5)	-
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(6)	(6)	(3)
<b>TOTAL</b>	<b>(220)</b>	<b>(585)</b>	<b>(1.015)</b>

### 32. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Outras Rendas não Operacionais	229	384	472
(-) Perdas de Capital	(94)	(94)	(193)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	-	-	(12)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(104)	(149)	(75)
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>	<b>141</b>	<b>192</b>

### 33. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, no período de 2021, foram identificados os eventos considerados "resultados não recorrentes" no valor de R\$ 22 (vinte e dois mil reais), equivalente as despesas incorridas no período na realização das ações para evitar a propagação do Novo Coronavírus, conforme informado na nota 2.2.

### 34. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, pessoas jurídicas, cooperativas singulares, com representantes no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, conselho de administração e diretoria executiva, representadas pelas pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades do **SICOOB CENTRAL SC/RS**.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: garantia fidejussória, penhor cédula, caução e garantias reais.

a) Montante das operações ativas e passivas no primeiro semestre de **2021**:

Montante das Operações	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
Montante das Operações Ativas	62.404	16,88%	25
Montante das Operações Passivas	633.933	9,42%	-

b) Operações ativas e passivas – saldo em **31/12/2021**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimos	33.750	7	16,5499%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação a Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	164	13,2832%	0%
Depósitos a Prazo	263.021	18,9014%	0,7698%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Empréstimos	0,0302%	24,24
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	132,6672%	73,22

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) No exercício de **2021** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS Descrição	EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)		EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)
	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
INSS Diretoria/Conselheiros	(113)	(217)	(198)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(599)	(1.136)	(1.028)
F.G.T.S. Diretoria	(45)	(90)	(79)

### 35. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e gerenciamento de capital e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

### **35.1 Risco operacional**

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas ao Agente de Controles Internos da Central, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

### **35.2 Risco de Crédito**

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;



- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

### **35.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros**

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:
  - a.1) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;
  - a.2) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;
  - a.3) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;
  - a.4) aplicação de cenários de estresse;
  - a.5) definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

### **35.4 Risco de Liquidez**

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

### **35.5 Risco Socioambiental**

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

### **35.6 Gerenciamento de Capital**

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

### **35.7 Gestão de Continuidade de Negócios**

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de

Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

### 36. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

### 37. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo previsto na norma o mínimo de 10% até 01/03/2022, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência (PR)	354.074	360.011
Índice de Basileia - IB%	17,55	19,44

### 38. Benefícios a Empregados

O **SICOOB CENTRAL SC/RS** é patrocinadora de um plano de Previdência Complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade PGBL. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores do **SICOOB CENTRAL SC/RS** são equivalentes a no máximo 3% (três por cento) do salário.

As despesas com contribuições efetuadas pela Central totalizaram:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Contribuição Previdência Privada	(103)	(191)	(163)
<b>TOTAL</b>	<b>(103)</b>	<b>(191)</b>	<b>(163)</b>

**Rui Schneider da Silva**  
Presidente

**Maria Luisa Lasarim**  
Diretora Operacional

**Camila Erika Nicolau**  
Contadora  
CRC - MG-071309/O-3 T-SC